

AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA**DISPENSA ELETRÔNICA DE LICITAÇÃO
ART. 75, INCISO III, LEI FEDERAL N.º 14.133/2021****PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 0262/2026
DISPENSA ELETRÔNICA DE LICITAÇÃO Nº: 006/2026**

1 – PREÂMBULO – A Fundação Hospital Frei Gabriel, Fundação Pública Municipal, pessoa jurídica de direito público, integrante da Administração Indireta do Município de Frutal/MG, por intermédio do Agente de Contratação designado pela Portaria nº 007/2026, torna público que realizará procedimento de **CONTRATAÇÃO DIRETA**, na modalidade **DISPENSA ELETRÔNICA**, com critério de julgamento **MENOR PREÇO POR LOTE**, com fundamento no **art. 75, inciso III, alínea “a”**, da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, em razão de licitação deserta, visando ao registro de preços para futura e eventual contratação de empresa especializada no fornecimento de descartáveis médico-hospitalares compatíveis com os equipamentos ofertados em comodato, devidamente registrados na ANVISA, com disponibilização de equipamentos em regime de comodato (bombas de infusão), destinados ao atendimento das demandas assistenciais da Fundação Hospital Frei Gabriel, pelo período estimado de 12 (doze) meses, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Aviso de Contratação Direta e seus anexos.

O procedimento será realizado por meio eletrônico, através da plataforma LICITANET, no endereço eletrônico: [LICITANET](#), observadas as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 67/2021, alterada pela Instrução Normativa SEGES/MGI nº 8/2023, e demais legislações aplicáveis.

DATA E HORÁRIO DA SESSÃO

- **Recebimento das propostas:** a partir de **02/06/26**
- **Encerramento do recebimento das propostas:** às **08h59** do dia **08/06/26**
- **Início da fase de lances:** às **09h00** do dia **08/06/26**
- **Critério de julgamento:** Menor Preço por Lote
- **Modo de disputa:** Aberto
- **Plataforma eletrônica:** LICITANET
- O prazo para recebimento das propostas e lances não será inferior a 03 (três) dias úteis, contados da data de divulgação do Aviso de Contratação Direta no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, nos termos do art. 75, §3º, da Lei nº 14.133/2021 e da Instrução Normativa SEGES/ME nº 67/2021.

2 – OBJETO - Constitui objeto da presente **contratação direta**, mediante **dispensa de licitação**, para **registro de preços**, a futura e eventual contratação de empresa especializada para o fornecimento de **descartáveis médico-hospitalares compatíveis com os equipamentos disponibilizados em comodato, devidamente registrados na ANVISA**, com disponibilização de equipamentos em regime de comodato, destinados ao atendimento das demandas assistenciais da Fundação Hospital Frei Gabriel, pelo período estimado de 12 (doze) meses, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Aviso de Contratação Direta e seus anexos, especialmente o Termo de Referência.

3 - CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO - Poderão participar da presente Dispensa Eletrônica exclusivamente Microempresas (ME), Empresas de Pequeno Porte (EPP) e Microempreendedores Individuais (MEI), legalmente constituídos, cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta contratação, nos termos dos arts. 47 e 48, inciso I, da Lei Complementar nº 123/2006 e alterações posteriores.

A participação ocorrerá por meio do Sistema Eletrônico LICITANET, disponível no endereço eletrônico [LICITANET](#), mediante prévio credenciamento da participante, observadas as

regras constantes neste Aviso de Contratação Direta.

A condição de enquadramento como ME, EPP ou MEI deverá ser declarada pela participante em campo próprio do sistema eletrônico e comprovada mediante apresentação da documentação pertinente, nos termos da legislação aplicável.

3.1. Poderão participar deste procedimento as empresas que encaminharem suas propostas exclusivamente por meio eletrônico, através do sistema LICITANET, durante o período mínimo de 03 (três) dias úteis de divulgação do procedimento, até a data e horário estabelecidos neste Aviso de Contratação Direta para abertura da sessão pública.

4 – CREDENCIAMENTO NO SISTEMA LICITANET - As pessoas jurídicas interessadas em participar da presente Dispensa Eletrônica deverão realizar previamente seu credenciamento junto ao Sistema LICITANET, por meio do endereço eletrônico [LICITANET](#), observando as regras e procedimentos estabelecidos pela plataforma.

O credenciamento da participante implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes ao procedimento eletrônico.

4.1. A participante deverá indicar representante legal devidamente credenciado junto ao sistema eletrônico, ao qual serão atribuídos poderes para formular lances, negociar preços, apresentar documentos e praticar todos os demais atos inerentes ao procedimento de contratação direta.

4.2. É de exclusiva responsabilidade da participante o uso adequado do sistema eletrônico, incluindo o sigilo da senha de acesso, bem como todos os atos praticados diretamente ou por seu representante, não cabendo à plataforma LICITANET ou à Fundação Hospital Frei Gabriel responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

4.3. O credenciamento junto ao sistema eletrônico implica a plena concordância da participante com as condições estabelecidas neste Aviso de Contratação Direta e seus anexos.

5 - ABERTURA DAS PROPOSTAS - A partir da data e horário estabelecidos no preâmbulo deste Aviso de Contratação Direta, o sistema eletrônico realizará automaticamente a abertura da sessão pública, com a divulgação das propostas eletrônicas recebidas, vedada a identificação das participantes, nos termos da legislação aplicável.

5.1. Na hipótese de inexistência de propostas válidas, de ausência de participantes ou de ocorrência de lote deserto ou fracassado, a Administração poderá:

- I** – republicar o presente Aviso de Contratação Direta;
- II** – promover nova dispensa eletrônica;
- III** – realizar contratação direta, observados os requisitos legais aplicáveis, especialmente quanto à justificativa de preço, vantajosidade e interesse público;
- IV** – adotar outra medida administrativa legalmente cabível, devidamente motivada no processo administrativo.

5.2. O preenchimento da proposta eletrônica no sistema LICITANET é de inteira responsabilidade da participante, devendo conter descrição compatível com o objeto da contratação, valor ofertado e demais informações exigidas neste Aviso de Contratação Direta e seus anexos.

5.3. O prazo de validade da proposta será de 90 (noventa) dias, contados da data da sessão pública da Dispensa Eletrônica, independentemente de declaração expressa da participante.

5.4. Nos valores propostos deverão estar inclusos todos os custos diretos e indiretos necessários à perfeita execução do objeto, inclusive tributos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, taxas, fretes, seguros, transporte, logística, despesas operacionais, custos de manutenção, disponibilização dos equipamentos em comodato, lucro e demais despesas correlatas.

5.5. Serão desclassificadas as propostas que:

I – contiverem vícios insanáveis;

II – não obedecerem às especificações técnicas pormenorizadas neste Aviso de Contratação Direta ou em seus anexos;

III – apresentarem preços inexequíveis ou permanecerem acima do valor estimado para a contratação;

IV – não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

V – apresentarem desconformidade com quaisquer outras exigências deste Aviso de Contratação Direta, desde que insanável.

5.6. Na hipótese de não serem apresentadas propostas válidas no procedimento eletrônico, a Administração poderá adotar as medidas legalmente cabíveis, observados os princípios da eficiência, economicidade e interesse público.

5.7. O período de recebimento das propostas permanecerá aberto por prazo não inferior a 03 (três) dias úteis, em conformidade com o art. 75, §3º, da Lei nº 14.133/2021 e regulamentação aplicável à dispensa eletrônica.

6 – FASE DE LANCES - Aberta a etapa competitiva, os fornecedores cadastrados poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico LICITANET, sendo imediatamente informados do seu recebimento e respectivo registro de horário e valor.

6.1. A fase de lances terá início às **09h00** do dia **08/06/26** e permanecerá aberta pelo período de **06 (seis) horas corridas**, encerrando-se automaticamente ao final do prazo estabelecido, nos termos da regulamentação aplicável à dispensa eletrônica.

6.2. Os lances deverão ser ofertados pelo valor total do lote, observando-se o critério de julgamento de menor preço por lote.

6.3. O lance ofertado será de exclusiva responsabilidade da participante, não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer alteração posteriormente, sendo considerado completo e suficiente para a execução integral do objeto.

6.4. Durante a sessão pública, os participantes serão informados, em tempo real, do menor valor registrado, vedada a identificação das demais participantes.

6.5. A participante somente poderá oferecer valor inferior ao último lance por ela ofertado e registrado pelo sistema.

6.6. Encerrada a fase de lances, o Agente de Contratação poderá realizar negociação diretamente com a participante provisoriamente classificada em primeiro lugar, objetivando a obtenção de proposta mais vantajosa para a Administração, nos termos do art. 61 da Lei nº 14.133/2021.

6.7. Na hipótese de inexistência de lances ou quando todos os lotes restarem desertos ou fracassados, a Administração poderá adotar as medidas previstas no item 5.1 deste Aviso de Contratação Direta.

7 - ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA - Encerrada a fase de lances e eventual negociação, o Agente de Contratação examinará a proposta provisoriamente classificada em primeiro lugar quanto à conformidade com as exigências estabelecidas

neste Aviso de Contratação Direta e seus anexos, especialmente quanto à adequação ao objeto, especificações técnicas, compatibilidade dos preços ofertados com o valor estimado da contratação e exequibilidade da proposta.

7.1. O Agente de Contratação poderá realizar negociação diretamente com a participante provisoriamente classificada em primeiro lugar, por meio do sistema eletrônico, com o objetivo de obter proposta mais vantajosa e economicamente mais favorável à Administração, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

7.2. Será desclassificada a proposta que:

- I** – conter vícios insanáveis;
- II** – não obedecer às especificações técnicas constantes neste Aviso de Contratação Direta ou em seus anexos;
- III** – apresentar preços inexequíveis ou incompatíveis com os praticados no mercado;
- IV** – permanecer acima do valor estimado da contratação;
- V** – não demonstrar sua exequibilidade, quando exigido pela Administração.

7.3. Caso a proposta classificada em primeiro lugar seja desclassificada, será examinada a proposta subsequente, observada a ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de proposta que atenda às exigências deste procedimento.

7.4. Poderá ser exigida da participante provisoriamente vencedora a apresentação da proposta ajustada ao lance final, bem como documentos complementares necessários à confirmação das informações prestadas no sistema eletrônico.

8 – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO – Encerrada a fase de julgamento e aceita a proposta mais vantajosa, a participante provisoriamente vencedora deverá encaminhar, no prazo de até 02 (duas) horas, prorrogável por igual período mediante solicitação justificada e aceita pelo Agente de Contratação, os documentos de habilitação exigidos neste Aviso de Contratação Direta.

Os documentos deverão ser encaminhados exclusivamente por meio da plataforma eletrônica LICITANET, em campo próprio do sistema.

8.1 – HABILITAÇÃO JURÍDICA

Conforme a natureza jurídica da participante, deverá ser apresentada a seguinte documentação:

8.1.1. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede.

8.1.2. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal (SLU) ou empresa individual de responsabilidade limitada (EIRELI): inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor no Registro Público de Empresas Mercantis da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.

8.1.3. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.

8.1.4. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência no registro competente, com averbação no registro onde tem sede a matriz.

8.1.5. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, devidamente arquivados na Junta Comercial ou inscritos no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como ata de eleição de seus administradores.

8.1.6. Sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização para funcionamento no Brasil e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

8.1.7. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

8.1.8. Quando a atividade objeto da contratação estiver sujeita à autorização, licença ou registro específico perante órgão competente, deverá ser apresentado o respectivo documento comprobatório de autorização para o exercício da atividade.

8.2 - REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA - A participante provisoriamente vencedora deverá apresentar os seguintes documentos de regularidade fiscal, social e trabalhista, nos termos do art. 68 da Lei nº 14.133/2021:

8.2.1. Comprovante de inscrição e de situação cadastral no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ.

8.2.2. Prova de regularidade perante a Fazenda Federal, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil – RFB e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional – PGFN, referente aos tributos federais e à Dívida Ativa da União, inclusive contribuições previdenciárias.

8.2.3. Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede da participante.

8.2.4. Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede da participante.

8.2.5. Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS, mediante apresentação do Certificado de Regularidade do FGTS – CRF.

8.2.6. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante apresentação da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, ou Certidão Positiva com Efeitos de Negativa, nos termos da legislação aplicável.

8.2.7. Declaração de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, de que não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem menor de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos.

8.2.8. As microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais deverão observar o tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123/2006, inclusive quanto à eventual regularização fiscal tardia, quando cabível.

8.2.9. Os documentos que não possuírem prazo de validade expresso serão aceitos aqueles emitidos até 90 (noventa) dias anteriores à data da sessão pública, salvo disposição legal ou regulamentar em contrário.

8.3 – QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA - A qualificação econômico-financeira será comprovada mediante a apresentação dos seguintes documentos, nos termos do art. 69 da Lei nº 14.133/2021:

8.3.1. Certidão negativa de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede da participante, emitida há no máximo 90 (noventa) dias da data da sessão pública, salvo se constar prazo de validade diverso no próprio documento.

Parágrafo único.

I – No caso de sociedade simples, deverá ser apresentada certidão negativa de distribuição de processos cíveis expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;

II – Em caso de certidão positiva de recuperação judicial ou extrajudicial, a participante deverá apresentar certidão de objeto e pé, bem como comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, facultado ao Agente de Contratação realizar diligências para verificação da capacidade de cumprimento das obrigações contratuais;

III – A apresentação de certidão positiva não implicará automática inabilitação da participante, devendo a Administração avaliar, de forma motivada, a compatibilidade da situação econômico-financeira da empresa com a execução do objeto contratado, observada a jurisprudência aplicável do Tribunal de Contas da União – TCU.

8.4 – QUALIFICAÇÃO TÉCNICA - A qualificação técnica será comprovada mediante a apresentação dos seguintes documentos, compatíveis com o objeto da contratação, nos termos do art. 67 da Lei nº 14.133/2021:

8.4.1. Apresentação de catálogo técnico, ficha técnica, prospecto ou documento equivalente dos produtos ofertados e dos equipamentos disponibilizados em regime de comodato, contendo informações suficientes para comprovação do atendimento integral às especificações técnicas mínimas constantes no Termo de Referência.

Parágrafo único.

A não apresentação dos documentos técnicos exigidos, bem como a constatação de incompatibilidade entre o produto ofertado e as especificações constantes no Termo de Referência, poderá ensejar a desclassificação da proposta, mediante decisão motivada do Agente de Contratação.

8.4.2. Declaração formal da participante de que os produtos ofertados:

I – atendem integralmente às especificações técnicas e normas sanitárias aplicáveis;

II – possuem registro válido junto à Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, quando exigido pela legislação vigente;

III – apresentam garantia mínima exigida no Termo de Referência;

IV – são compatíveis com os equipamentos disponibilizados em regime de comodato;

V – encontram-se em conformidade com as exigências de qualidade, segurança e desempenho previstas neste Aviso de Contratação Direta e seus anexos.

8.4.3. Poderá ser exigida, a qualquer tempo durante a fase de julgamento, a apresentação de documentos complementares, amostras, manuais, registros sanitários ou esclarecimentos adicionais destinados à verificação da conformidade técnica dos produtos ofertados.

9 - ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA – A proposta final da participante declarada vencedora deverá ser encaminhada exclusivamente por meio do sistema eletrônico LICITANET, no prazo máximo de 02 (duas) horas, contado da solicitação do Agente de Contratação no sistema eletrônico.

Parágrafo único.

O prazo poderá ser prorrogado, a critério do Agente de Contratação, mediante solicitação formal e devidamente justificada da participante, apresentada antes do término do prazo inicialmente concedido.

9.1. A proposta final atualizada deverá refletir integralmente o valor do lance vencedor e da eventual negociação realizada, observando o critério de julgamento de menor preço por lote.

9.2. A participante vencedora deverá apresentar proposta readequada contendo, no mínimo:

- I** – identificação da participante;
- II** – descrição completa dos itens ofertados;
- III** – marca, modelo e fabricante, quando aplicável;
- IV** – valores unitários e totais dos itens e do lote;
- V** – prazo de validade da proposta;
- VI** – demais informações exigidas no Termo de Referência.

9.3. Quando houver redução do valor global do lote durante a fase competitiva, a readequação dos preços unitários deverá observar proporcionalidade e coerência entre os itens que compõem o lote, vedada a majoração de valores unitários originalmente ofertados.

9.4. A proposta final vinculará a participante durante toda a execução da contratação, inclusive quanto às marcas, especificações, características técnicas, preços e condições ofertadas.

10 - ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO – Encerradas as fases de julgamento da proposta, habilitação e, quando houver, de recursos administrativos, o processo de contratação direta será encaminhado à autoridade competente para adjudicação do objeto e homologação do procedimento, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

10.1. A adjudicação será realizada por lote, em favor da participante vencedora que tenha atendido integralmente às exigências estabelecidas neste Aviso de Contratação Direta e seus anexos.

10.2. A homologação do procedimento consistirá na verificação da regularidade dos atos praticados no processo de contratação direta, podendo a autoridade competente:

- I** – homologar a contratação, quando constatada sua legalidade e vantajosidade;
- II** – revogar o procedimento, no todo ou em parte, por razões de interesse público devidamente justificadas;
- III** – anular o procedimento, total ou parcialmente, em caso de ilegalidade, observados o contraditório e a ampla defesa, quando cabíveis.

10.3. A homologação do procedimento não gera direito subjetivo à contratação, ficando a futura contratação condicionada à existência de necessidade administrativa, disponibilidade orçamentária e conveniência da Administração.

11 - FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO – Encerrado o procedimento de contratação direta e homologado o resultado, a formalização da contratação decorrente do Sistema de Registro de Preços ocorrerá mediante emissão de Nota de Empenho, Autorização de Fornecimento, Ordem de Compra, contrato administrativo ou outro instrumento hábil, conforme previsto no art. 95 da Lei nº 14.133/2021 e no Termo de Referência.

11.1. A participante vencedora será convocada para assinatura da Ata de Registro de Preços e/ou para ciência e aceite do instrumento de contratação correspondente, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contados da convocação realizada pela Administração.

11.2. O prazo previsto no item anterior poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação formal e devidamente justificada da participante vencedora, apresentada antes do término do prazo inicialmente concedido e aceita pela Administração.

11.3. A recusa injustificada da participante vencedora em assinar a Ata de Registro de Preços, aceitar ou retirar o instrumento de contratação, dentro do prazo estabelecido, caracterizará descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-a às sanções

previstas na Lei nº 14.133/2021 e neste Aviso de Contratação Direta.

11.4. Na hipótese prevista no item anterior, a Administração poderá convocar as participantes remanescentes, observada a ordem de classificação, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

11.5. A contratação decorrente da Ata de Registro de Preços não obriga a Administração à aquisição integral dos quantitativos registrados, constituindo mera expectativa de contratação, conforme necessidade administrativa e disponibilidade orçamentária.

12 - OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS DAS PARTES:

12.1. DO CONTRATANTE

Constituem obrigações da Fundação Hospital Frei Gabriel:

I – acompanhar, fiscalizar e avaliar a execução da contratação, por meio de servidor formalmente designado, observadas as condições estabelecidas no Termo de Referência, na Ata de Registro de Preços e nos instrumentos dela decorrentes;

II – receber os materiais fornecidos e os equipamentos disponibilizados em regime de comodato, verificando sua conformidade com as especificações técnicas exigidas;

III – rejeitar, no todo ou em parte, os materiais, equipamentos ou serviços que estiverem em desacordo com as especificações constantes neste Aviso de Contratação Direta, no Termo de Referência ou na proposta da contratada;

IV – permitir acesso dos representantes e empregados da contratada às dependências da Fundação, quando necessário ao cumprimento das obrigações contratuais, observadas as normas internas de segurança e funcionamento;

V – comunicar formalmente à contratada quaisquer irregularidades verificadas na execução da contratação;

VI – efetuar o pagamento devido nas condições e prazos estabelecidos, após o recebimento definitivo do objeto e o ateste da fiscalização competente;

VII – aplicar as penalidades cabíveis em caso de inadimplemento contratual, garantidos o contraditório e a ampla defesa;

VIII – prestar as informações e os esclarecimentos necessários à adequada execução da contratação.

12.2. DA CONTRATADA

Constituem obrigações da contratada:

I – fornecer os **descartáveis médico-hospitalares compatíveis com os equipamentos disponibilizados em comodato, devidamente registrados na ANVISA e em conformidade com as especificações técnicas**, quantitativos, marcas ofertadas, padrões de qualidade e demais condições estabelecidas neste Aviso de Contratação Direta, no Termo de Referência e na proposta vencedora;

II – disponibilizar, em regime de comodato, as bombas de infusão necessárias ao pleno funcionamento da solução contratada, em perfeitas condições de uso, funcionamento, segurança e conservação;

III – realizar, às suas expensas, a instalação, configuração, testes, manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos disponibilizados em comodato, incluindo assistência técnica durante toda a vigência da contratação;

IV – substituir, no prazo estabelecido pela Administração, os materiais ou equipamentos que apresentarem defeitos, falhas, avarias, incompatibilidades técnicas ou funcionamento inadequado;

V – garantir a compatibilidade integral entre os descartáveis fornecidos e os equipamentos disponibilizados em comodato;

VI – prestar suporte técnico e atendimento sempre que solicitado pela Administração, observados os prazos definidos no Termo de Referência;

VII – responsabilizar-se integralmente pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, civis e demais obrigações legais decorrentes da execução da contratação;

VIII – manter, durante toda a execução da contratação, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no procedimento;

IX – comunicar formalmente à Administração qualquer ocorrência que possa comprometer o fornecimento regular dos materiais ou o funcionamento dos equipamentos;

X – responsabilizar-se pela qualidade, segurança, desempenho e regularidade sanitária dos produtos fornecidos, inclusive quanto às exigências da ANVISA e demais normas técnicas aplicáveis;

XI – responder pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros decorrentes de culpa ou dolo na execução da contratação;

XII – não transferir a terceiros, no todo ou em parte, as obrigações assumidas, salvo mediante prévia e expressa autorização da Administração, quando admitido pela legislação aplicável.

13. RECEBIMENTO DO OBJETO, LIQUIDAÇÃO E FORMA DE PAGAMENTO

13.1. O fornecimento dos materiais e a disponibilização dos equipamentos em regime de comodato ocorrerão de forma parcelada, conforme necessidade da Fundação Hospital Frei Gabriel, mediante emissão de Nota de Empenho, Autorização de Fornecimento ou instrumento equivalente, observados os prazos estabelecidos no Termo de Referência.

13.2 – DO RECEBIMENTO PROVISÓRIO

Os materiais fornecidos e os equipamentos disponibilizados serão recebidos provisoriamente pelos fiscais técnico e administrativo do contrato, mediante termo detalhado, para verificação do cumprimento das exigências de caráter técnico, quantitativo e administrativo, nos termos do art. 140 da Lei nº 14.133/2021.

13.3. O recebimento provisório ocorrerá após a conferência:

I – das quantidades fornecidas;

II – da conformidade dos produtos com as especificações técnicas;

III – da integridade física dos materiais e equipamentos;

IV – da compatibilidade dos descartáveis com as bombas de infusão disponibilizadas em comodato;

V – da apresentação da documentação técnica e sanitária exigida.

13.4. Os materiais ou equipamentos que apresentarem vícios, defeitos, irregularidades, avarias ou desconformidade com as especificações exigidas poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, devendo a contratada providenciar sua substituição ou regularização, sem ônus adicional para a Administração e sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

13.5 – DO RECEBIMENTO DEFINITIVO

O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento provisório, após verificação da qualidade, funcionamento, compatibilidade e conformidade dos materiais e equipamentos fornecidos, mediante emissão de termo detalhado pelo fiscal ou comissão designada.

13.6. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil, técnica e administrativa da contratada quanto à qualidade, segurança, funcionamento, regularidade sanitária e adequação do objeto fornecido.

13.7 – DA LIQUIDAÇÃO E PAGAMENTO

O pagamento será efetuado pela Fundação Hospital Frei Gabriel no prazo de até 30 (trinta) dias, contados do recebimento definitivo do objeto e da apresentação da respectiva Nota Fiscal/Fatura devidamente atestada pela fiscalização competente, observada a ordem cronológica de pagamentos e a disponibilidade financeira.

13.8. A Nota Fiscal/Fatura deverá:

I – ser emitida em nome da Fundação Hospital Frei Gabriel;

- II** – conter a identificação do processo administrativo, da Ata de Registro de Preços e da respectiva Nota de Empenho;
- III** – discriminar adequadamente os materiais fornecidos e os equipamentos disponibilizados em comodato.

13.9. Constatada qualquer irregularidade na documentação fiscal, na execução contratual ou no fornecimento do objeto, o pagamento ficará suspenso até a regularização das pendências pela contratada, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

13.10. Será admitida a retenção ou glosa no pagamento proporcional à irregularidade verificada, nos casos de inadimplemento parcial, fornecimento em desacordo com as especificações ou descumprimento das obrigações contratuais, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.11 – DA LIQUIDAÇÃO

Recebida a Nota Fiscal/Fatura ou documento de cobrança equivalente, iniciar-se-á o prazo de até 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação da despesa, na forma do art. 63 da Lei nº 4.320/1964 e da Lei nº 14.133/2021.

13.12. O prazo previsto no item anterior poderá ser reduzido à metade nas contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite previsto no art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, observada a regulamentação aplicável.

13.13. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a Nota Fiscal/Fatura apresentada contém os elementos necessários e essenciais do documento, especialmente:

- I – prazo de validade, quando houver;
- II – data de emissão;
- III – identificação do processo administrativo, da Ata de Registro de Preços, da Nota de Empenho e do órgão contratante;
- IV – discriminação dos materiais fornecidos e dos equipamentos disponibilizados em comodato;
- V – período correspondente ao fornecimento;
- VI – valor a pagar;
- VII – destaque dos tributos e retenções legais eventualmente incidentes.

13.14. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, inconsistência na documentação fiscal ou qualquer circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que a contratada providencie as medidas saneadoras necessárias, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização, sem ônus para a Administração.

13.15. A Nota Fiscal/Fatura deverá estar acompanhada da comprovação da manutenção das condições de habilitação fiscal, social e trabalhista exigidas no procedimento, especialmente aquelas previstas no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

13.16. A Administração realizará consulta aos sistemas e cadastros oficiais competentes para:

- I** – verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas neste Aviso de Contratação Direta;
- II** – identificar eventual impedimento de licitar ou contratar com o Poder Público;
- III** – verificar a existência de sanções administrativas vigentes impeditivas da contratação.

13.17. Constatada situação de irregularidade da contratada, esta será notificada formalmente para, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, regularizar sua situação ou apresentar defesa, facultada uma única prorrogação por igual período, mediante decisão motivada da Administração.

13.18. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a Administração adotará as providências cabíveis junto aos órgãos competentes, inclusive quanto à comunicação aos órgãos de fiscalização tributária e à eventual aplicação das sanções previstas na Lei nº 14.133/2021.

13.19. Persistindo a irregularidade, a Administração poderá adotar as medidas necessárias à rescisão da contratação, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.20. Havendo efetiva execução do objeto e inexistindo prejuízo à Administração, os pagamentos poderão ser realizados relativamente às parcelas incontroversas, até decisão definitiva acerca da regularização da contratada, observadas as cautelas legais e administrativas aplicáveis.

13.21 – DO PRAZO DE PAGAMENTO

O pagamento será efetuado pela Fundação Hospital Frei Gabriel no prazo de até 30 (trinta) dias, contados do recebimento definitivo do objeto e da apresentação da Nota Fiscal/Fatura devidamente atestada pela fiscalização competente, observada a ordem cronológica de pagamentos e a disponibilidade financeira.

13.22 – DA FORMA DE PAGAMENTO

Os pagamentos serão realizados em moeda corrente nacional, mediante emissão de ordem bancária, transferência eletrônica, TED, PIX ou outro meio eletrônico oficialmente admitido, em conta bancária de titularidade da contratada.

13.23. Será considerada como data do pagamento o dia em que constar a efetiva emissão da ordem bancária pela Administração.

13.24. Quando do pagamento, serão efetuadas as retenções tributárias previstas na legislação aplicável, inclusive quanto aos tributos federais, estaduais e municipais incidentes sobre a contratação, quando cabíveis.

13.24.1. Independentemente do percentual informado na proposta ou na Nota Fiscal/Fatura, serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

13.25. A contratada optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, não sofrerá retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime diferenciado, desde que apresente documentação comprobatória atualizada de sua condição de optante.

13.26. O pagamento somente será realizado após verificação da manutenção das condições de habilitação fiscal, social e trabalhista exigidas neste Aviso de Contratação Direta, observada a legislação aplicável.

13.27 – DA ANTECIPAÇÃO DE PAGAMENTO

Não haverá antecipação de pagamento no âmbito da presente contratação, observadas as disposições da Lei nº 14.133/2021.

13.28. A liquidação da despesa ocorrerá conforme as regras previstas neste instrumento convocatório e na legislação aplicável, especialmente quanto ao recebimento provisório e definitivo do objeto.

13.29. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados da emissão do termo de recebimento definitivo e da apresentação da Nota Fiscal/Fatura devidamente atestada pela fiscalização competente.

13.30. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, inconsistência na documentação apresentada ou qualquer circunstância que impeça a liquidação da despesa,

o pagamento ficará suspenso até que a contratada providencie as medidas saneadoras necessárias, reiniciando-se integralmente o prazo após a regularização da pendência, observada a legislação aplicável e a ordem cronológica de pagamentos da Administração.

14 - FISCALIZAÇÃO – A execução da contratação será acompanhada e fiscalizada pela servidora **Gabriella de Freitas Silveiro, RT de Fisioterapia** da Fundação Hospital Frei Gabriel, devidamente designada pela autoridade competente, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021.

14.1. Compete à fiscalização:

I – acompanhar e fiscalizar a execução da contratação, verificando o cumprimento integral das condições estabelecidas neste Aviso de Contratação Direta, no Termo de Referência, na Ata de Registro de Preços e nos instrumentos dela decorrentes;

II – verificar a conformidade dos materiais fornecidos e dos equipamentos disponibilizados em regime de comodato com as especificações técnicas exigidas;

III – atestar o recebimento provisório e definitivo do objeto, bem como as Notas Fiscais/Faturas correspondentes;

IV – registrar ocorrências, comunicar irregularidades e solicitar correções necessárias à adequada execução contratual;

V – adotar as providências necessárias ao fiel cumprimento da contratação, inclusive quanto à aplicação de notificações e encaminhamento para eventual apuração de penalidades;

VI – solicitar apoio técnico dos setores competentes sempre que necessário à fiscalização da execução contratual.

14.2. A atuação da fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada quanto à execução do objeto, inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades, ainda que resultantes de imperfeições técnicas, vícios, defeitos ou emprego de material inadequado.

15 - DISPOSIÇÕES GERAIS - Informações e esclarecimentos relativos ao presente Aviso de Contratação Direta poderão ser obtidos junto ao Agente de Contratação e à Equipe de Apoio, em dias úteis, no horário das 08h00 às 11h00 e das 13h00 às 17h00, pelo e-mail licitacaoofhfg@frutal.mg.gov.br ou pelo telefone (34) 3421-3489.

O acompanhamento dos atos, avisos, comunicações e demais fases do procedimento deverá ser realizado por meio da plataforma eletrônica [LICITANET](https://licitanet.com.br), bem como no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP e no sítio eletrônico oficial do Município de Frutal/MG.

15.1. Em observância ao disposto nos arts. 158, inciso I, e 157, inciso I, da Constituição Federal, na Instrução Normativa RFB nº 1.234/2012, na decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal no Tema 1.130 (Recurso Extraordinário nº 1.293.453/RS) e na Instrução Normativa RFB nº 2.145/2023, a Fundação Hospital Frei Gabriel realizará a retenção do Imposto de Renda incidente sobre os pagamentos efetuados à contratada, quando cabível, conforme legislação vigente.

15.1.1. A contratada deverá efetuar o devido destaque das retenções tributárias na Nota Fiscal/Fatura apresentada para pagamento, observadas as normas tributárias aplicáveis.

15.2. Integram o presente Aviso de Contratação Direta, para todos os fins e efeitos legais, os seguintes anexos:

15.2.1. Anexo I – Termo de Referência;

15.2.2. Anexo II – Minuta da Ata de Registro de Preços;

15.2.3. Anexo III – Minuta do Contrato;

15.2.4. Anexo IV – Modelo de Proposta Atualizada;

15.2.5. Anexo V – Declaração de cumprimento do disposto no art. 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal.

15.3. Os casos omissos serão resolvidos pela Administração, observadas as disposições da Lei nº 14.133/2021, da legislação complementar aplicável e dos princípios que regem as contratações públicas.

Frutal-MG, 26 de maio de 2026.

Elias André da Silva
Agente de Contratação

